

# GOVERNADOR IBANEIS NÃO TEM UM PROJETO DE EDUCAÇÃO PARA O DISTRITO FEDERAL



O governador Ibaneis Rocha (MDB) anunciou a militarização de mais seis escolas públicas do Distrito Federal. Com as quatro militarizadas no início do ano, perfaz dez escolas sob intervenção militar.

Esse projeto é alinhado com o do Presidente da República. O governador do DF dá continuidade, portanto, ao desmonte da educação pública e gratuita da rede pública de ensino. E o mais grave é que age no escuro ao adotar a militarização porque implanta o modelo de algo sem estudo e sem embasamento científico.

Não há nenhum projeto elaborado para a educação. O governo Ibaneis tem ido às escolas escolhidas para laboratório da intervenção da Polícia Militar (PM) anunciar a adoção do modelo e não apresenta nenhum projeto de educação ao DF. A prova disso é que não consegue explicar o plano da PM e, de forma autoritária, simplesmente ordena a militarização.

O Sinpro-DF tem denunciado os governos de plantão, representantes de grandes empresas do setor privado, que usam os instrumentos da administração pública, como, por exemplo, a PM, para implantar no país os interesses privatistas das corporações que atuam na educação e em outros setores sociais.

A presença ostensiva da PM dentro das escolas é estratégia para dar curso à privatização. O estilo, aparentemente “atabalhoado”, é parte dessa atuação privatista que busca eliminar a gratuidade e a obrigatoriedade do Estado de fornecer educação de qualidade, pública e gratuita.

É com isso que o governo Ibaneis põe em andamento o projeto de demolição de um ensino capaz de formar pessoas críticas, profissionais competentes e cidadãos.

Confira no QR Code, efeitos da intervenção militar nas escolas



# MILITARIZAÇÃO É A FORMA AUTORITÁRIA DE O GOVERNO PRIVATIZAR A EDUCAÇÃO

A militarização é uma forma intimidatória de privatizar a educação. O governo de plantão no Palácio do Buriti usa a PM, uma instituição pública, ostensivamente, disseminando medo nas escolas.

Esse é o *modus operandi* do governo autoritário do DF, e também do governo federal, de impor a privatização e adotar um conteúdo empobrecido pela reforma do Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), também sob intervenção.

A lógica da atual administração do GDF é essa de obrigar a escola a oferecer qualquer coisa que ensine de forma aligeirada e rasteira os estudantes das escolas públicas a

apenas ler, a assinar o próprio nome e a fazer algumas contas para servir ao mercado.

A militarização, a reforma do Ensino Médio, a BNCC atual, a falta de investimento financeiro estatal na Educação (Emenda Constitucional (EC) 95/16) e os ataques à pesquisa científica, à universidade pública e aos Institutos Federais, entre outros, visam a enfraquecer o conteúdo humanista e científico que deve formar profissionais competentes, cidadãos críticos e pessoas capazes de mudar a realidade do país.

Com esse projeto, o governo Ibaneis busca a impedir a ascensão social das classes menos favorecidas.



Crianças em posição militar em escola do DF

## DEFENDEMOS A POLÍCIA MILITAR

Não somos contrários à polícia. Defendemos a PM e a Segurança Pública para o que elas foram criadas: atuar nas ruas reprimindo crimes, combatendo a violência que aterroriza a sociedade, protegendo os patrimônios privado e público, entre outras competências para as quais foram criadas.

Queremos que o Governo do Distrito Federal (GDF) valorize a categoria dos policiais militares, investindo mais dinheiro na instituição e realizando concurso público. Atualmente, existe um déficit de cerca de sete mil policiais no efetivo do DF.

Afirmamos que o local da PM não é dentro

da escola e, sim, no Batalhão Escolar (BE), historicamente, localizado e atuante do lado de fora das unidades escolares, reprimindo assaltos, tráfico de drogas, sequestros, estupros e outros crimes que ameaçam os arredores das escolas e, muitas vezes, retiram a vida de estudantes, professores e funcionários.

Ou seja, defendemos a PM na segurança da escola no que compete o BE, cuja função é a de coibir tais crimes. Essa função foi fragilizada pelo governo Arruda e o BE foi desmontado. Esse desmonte continua quando o governo Ibaneis desvia as funções de origem da PM e do BE, que é

assegurar segurança ao funcionamento da escola, desempenhando esse trabalho de forma harmoniosa com professores e estudantes.

A harmonia é rompida durante a intervenção militar, quando a PM, por exemplo, interfere na gestão e na liberdade de expressão dos(as) estudantes, controla a vida privada deles(as) e exige dos(as) estudantes negros(as) cortar o cabelo black power, rastafári, o uso de piercing, tatuagens etc.; e, às meninas, obriga a amarrarem o cabelo ou cortá-lo e as impede de usarem brincos grandes, coloridos, esmaltes e ornamentos coloridos.



### Investimento nas escolas por estudante

**Escolas Públicas (nacional)**  
**R\$ 6 mil/ano**  
por estudante



**Escolas Públicas (Distrito Federal)**  
**R\$ 10 mil/ano**  
por estudante



**Institutos Federais (IF)**  
**R\$ 16 mil/ano**  
por estudante



**Escolas Militarizadas**  
**R\$ 19 mil/ano**  
por estudante



# PROJETO DA PM NÃO É EDUCAÇÃO

O “projeto” da PM não é de educação. Trata-se de uma intervenção nas escolas para contenção social, que propõe, dentre outras coisas, a esterilização cultural, socio-cultural, de identidade dos(as) estudantes entre outros graves problemas. O GDF quer, dentre outras coisas, é excluir do sistema educacional os(as) estudantes que não se adequam a esse modelo opressor.

É importante destacar que a “expulsão” do estudante dessas escolas escolhidas para serem militarizadas impõe um custo alto para a família e para o próprio estudante porque, normalmente, estão matriculados em escolas próximas de suas casas.

As famílias dos(as) estudantes que pedem transferência deles de escolas destruídas pela militarização têm de se submeter a transferências indicadas pela Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal (SEEDF).

Isso é outro problema grave porque a SEEDF, geralmente, indica escolas bem longe das residências desses estudantes. Na Cidade Estrutural, por exemplo, só existe uma escola de Ensino Médio. Se o estudante não se submeter a ela, terá de estudar em outra região administrativa.



No CED 7 de Ceilândia, policial militar enfrenta, de forma intimidatória, o professor e diretor do Sinpro-DF, Samuel Fernandes, ao ser questionado sobre a militarização

## Por que as escolas públicas militares são melhores que as civis?



**Triplo de investimento por estudante**



**Mais funcionários na escola**



**Menos estudantes por turma**



Na medida em que a exclusão vai se aprofundando, estudantes pobres não entram na escola, estudantes com

dificuldade intelectual não entram na escola e estudantes com comportamento inadequado para os padrões militares não permanecem na escola.

# ESCOLA PRECISA É DE INVESTIMENTO FINANCEIRO

Para terem qualidade, as escolas precisam de investimento financeiro e de professores(as) e orientadores(as) educacionais concursados(as). A escola é o espaço criado para formar cidadãos(ãs) livres e críticos(as), capazes de pensar o mundo e de mudar a sua realidade, a de sua família, a da comunidade e a do seu país.

Por isso, defendemos a valorização da nossa categoria e denunciemos a militarização como instrumento de intimidação e a Emenda Constitucional (EC) 95/2016 como barreira para a educação de qualidade. A EC proibiu o Estado de investir dinheiro nos setores sociais, sobretudo, educação e saúde, para desviar mais de 50% do Orçamento público para os banqueiros (dívida pública)

A ampliação do investimento financeiro é fundamental para o cumprimento do Plano Distrital de Educação (PDE): este sim, um projeto de educação pública completo, bem fundamentado e elaborado democraticamente pelos atores e atrizes envolvidos com a educação.

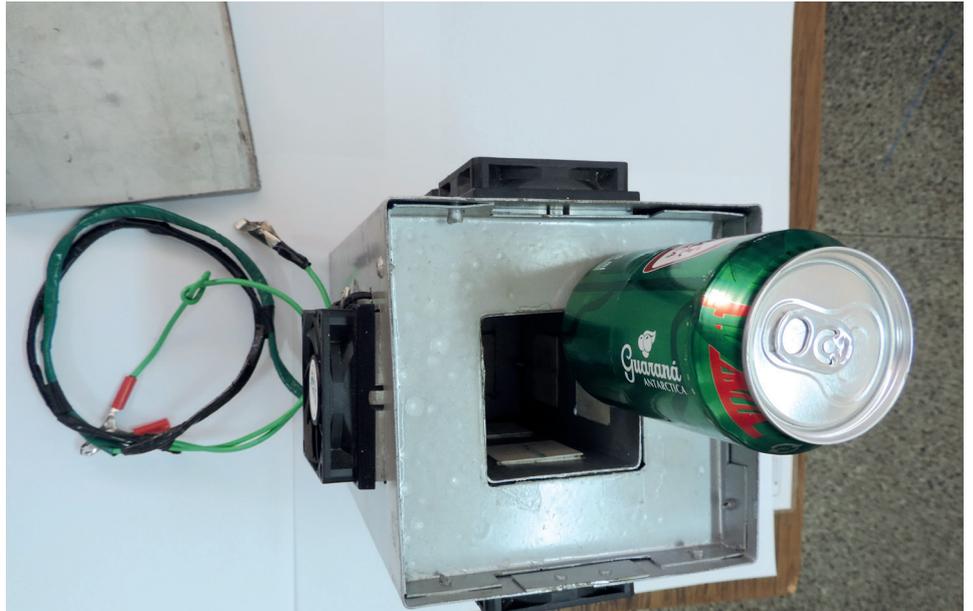
A prova de que estamos corretos é que, apesar dos desafios pela falta de dinheiro, os Ensinos Médio e Fundamental do DF ocupam os 4º e 5º lugares na classificação do Índice de

Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

Outro exemplo de escola de excelência não militarizada são os Institutos Federais (IF). Há também escolas na rede pública de qualidade. O exemplo é o Centro de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional (Cemi), do Gama: um modelo integral, integrado e EMTI (Ensino Médio

em Tempo Integral) com projetos pedagógicos.

Em vez da PM, da opressão e da censura, é a iniciação científica o carro-chefe do Cemi, transformando-o em escola premiada nas feiras de ciências do Brasil e de vários países do mundo por desenvolver projetos de iniciação científica em vários ramos do conhecimento.



*Esse é o ColdStorm: uma invenção de estudantes do Cemi capaz de refrigerar uma lata de bebida em 1 min. As estudantes foram premiadas em vários países*

## FORMA “ATABALHOADA” É MODUS OPERANDI DO GOVERNO IBANEIS

A “forma atabalhoada” com que se instalou a militarização nas primeiras escolas do DF, no início deste ano, se repete agora. O GDF vai às seis escolas escolhidas para serem destruídas neste semestre, com a PM a tiracolo e num gesto intimidatório, para anunciar a intervenção militar, ou seja, para implantar a precarização, o sucateamento e o plano de exclusão social.

A Portaria nº 1, do início deste ano, que instaurou a intervenção em quatro escolas, é uma prova do *modus operandi* do GDF. Está repleta de problemas e não apresenta uma proposta de educação. Tanto é que a SEEDF ainda

estuda maneiras de aperfeiçoá-la, mas não consegue. Além disso, a portaria não vale para as seis escolas que estão sendo obrigadas, a contragosto da comunidade escolar, a se transformarem em ambiente militarizado.

É importante destacar, ainda, que o GDF não conseguiu resolver os problemas de disciplina das escolas públicas nas quatro militarizadas, como prometeu no início do ano.

Vale lembrar que, na primeira reunião que o Sinpro-DF teve com a SEEDF e o Comando da PM responsável pela militarização, a pró-

pria PM revelou, em tom de queixa, que esse projeto de intervenção vinha sendo pleiteado desde 2017, porém, o secretário anterior, Júlio Gregório, o havia rejeitado sistematicamente.

A PM só conseguiu implantá-lo porque encontrou ambiente propício para isso: um governador alinhado com a política subalterna e excludente do governo Bolsonaro. Após as eleições de 2018, o Brasil passou a ser gerido por um governo que trata as questões do país com a visão bélica e discute as demandas sociais pela lógica policial e pela ótica militar.